

Exmo. Senhor

Ministro da Educação, Ciência e Inovação,

Professor Doutor Fernando Alexandre,

ASSUNTO: Apoio e acompanhamento de alunos com necessidades específicas

Em espaço público e em reuniões com a FENPROF, são conhecidas declarações com que V. Ex.^a passa a mensagem de enaltecimento da Escola Pública, fazendo de si um proclamado defensor de tão importante conquista para a realização do direito constitucional à Educação e para o desenvolvimento do país.

O tempo e a governação confirmarão se as declarações em apreço constituem mero expediente de retórica política, ou, assim seja, a sua opção política. Os indícios não vão, infelizmente, neste sentido, perceção que ficou reforçada com a proposta de Orçamento do Estado para 2026 que foi apresentada pelo governo que V. Ex.^a integra e aprovada na generalidade, na Assembleia da República, no passado dia 28. Na verdade, as verbas para a Educação continuam muito abaixo do que se exige face aos problemas que cumpre a V. Ex.^a resolver, longe dos 6% do PIB recomendados por instituições internacionais de referência. A insuficiência de verbas é um sinal preocupante da manutenção e agravamento dos problemas que a Escola Pública enfrenta e que o ministro da Educação tem especial responsabilidade de enfrentar, não apenas de forma conjuntural, mas de modo assumidamente estrutural.

Não é isso que o SPRC/FENPROF e os/as docentes que ele representa podem constatar quando, a título de exemplo – mas exemplo relevante e paradigmático – constatarem que o governo tem por estratégia protelar a revisão e entrada em vigor de um Estatuto da Carreira Docente (ECD) – que se espera valorizador da condição e da profissão docente –, em vez de assumir as respetivas negociações com rigor e como prioridade. O ECD, desde que resulte num real instrumento de valorização e de justiça, é um argumento urgente e decisivo para a atratividade perdida pela profissão docente.

Senhor ministro,

Exaltar a Escola Pública e o seu inestimável papel na sociedade não pode ser uma declaração oca.

O SPRC/FENPROF aproveita o ensejo da deslocação de V. Ex.^a a Coimbra, para expressar a mais profunda preocupação pelo quadro de verdadeiro abandono a que estão votadas muitas crianças e jovens que frequentam a Escola Pública e que exercem aí o direito fundamental à educação, como a todos/as é devido. Na Escola Pública, é especialmente intolerável que tal esteja a suceder.

Falamos de alunos e alunas com necessidades específicas que, por falta de investimento na Educação, não estão a beneficiar dos apoios de que precisam e a que, indiscutivelmente, têm direito (são falhas em termos de diversidade e em termos de intensidade que, quantas vezes, são quase e só simbólicas, para não dizer que são inexistentes); falamos de alunos e alunas que

precisam, mas não usufruem do trabalho e da intervenção pedagógica de docentes da educação especial que, ao contrário do que se exige, não são em número suficiente para responder às necessidades; falamos da intervenção de técnicos especializados que escasseiam, não obstante algumas medidas de contratação adotadas, o que se traduz em prejuízos graves, não só, mas em particular para crianças e jovens cuja inclusão exige atenção dedicada e reforçada; falamos do acompanhamento que não existe, em grande parte dos casos, de profissionais cujo papel é desvalorizado sob a classificação de “assistentes operacionais” e que tantas vezes são necessários, até, de modo permanente no apoio a crianças e jovens com condições que o exigem e a que, por isto, a tal têm direito inquestionável.

Numa das escolas secundárias da cidade, conhecida pela diversidade de alunos/as que acolhe e pelo esforço que os seus profissionais desenvolvem para lhes darem as melhores respostas, há 93 alunos/as com necessidades específicas, distribuídos pelos vários anos de escolaridade dos ensinos básico e secundário, entre as quais várias situações dos domínios da multideficiência, do espectro do autismo; muitas outras requerem medidas adicionais, com adaptações curriculares significativas, casos com exigências de intervenção pedagógica intensiva e de indispensável acompanhamento pessoal.

Faltam docentes da educação especial: apenas sete para 93 alunos, representando uma carga horária manifestamente insuficiente, apesar da constituição de grupos de trabalho com elevado número de discentes, o que é problemático. Não há qualquer tempo letivo para alunos com medidas seletivas. As Unidades Especializadas do Centro de Apoio à Aprendizagem carecem de docentes e de assistentes operacionais.

Ainda que tornando o texto mais extenso, vale a pena ler, senhor ministro, para melhor consciencialização do quadro. Relata assim uma docente da educação especial:

«São dezenas, se não centenas, os alunos com necessidades específicas, abrangidos, e bem, pelos normativos legais, nomeadamente pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, que não encontram na sua escola a Escola desenhada nesses normativos ou na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A sua escola não tem docentes especializados que possam acompanhá-los sempre que necessitam. Na sua escola, alguns deles ficam na sala de aula, com os seus pares e professor, incluídos no seu grupo (porque partilham o mesmo espaço), mas não são capazes de vivenciarem uma verdadeira Inclusão, pois não é fomentado (por inexistência de meios e de acompanhamento) o seu acesso ao currículo. Outros, porque a sua diferença requer ainda maior diferenciação, a qual implica, tantas vezes, cuidados que em muito ultrapassam a área pedagógica estendendo-se à área dos cuidados de saúde, são “convidados” a ficar em casa, ou a permanecerem na escola apenas umas horas diárias, porque não há, no espaço escolar, forma de assegurar o seu bem-estar físico. Outras há que não têm o transporte, a que legalmente têm direito, assegurado.

Muitos aguardam meses por uma avaliação psicológica ou por Consultas de Desenvolvimento para se poder aferir o que motiva dificuldades detetadas e solicitar a mobilização de medidas educativas e recursos adequados, arrastando-se uma intervenção que, todos sabemos, quanto mais precoce for, mais eficaz se torna.

São meninos que não têm quem os acompanhe a uma aula de Educação Física, para que a realizem em segurança e, por isso, não acedem à disciplina. São crianças e jovens que deveriam ter momentos de intervenção individualizada, porque aprendem diferente e de forma diferente, mas que não encontram o “seu professor”. São crianças que necessitam de alguém especializado, que manuseie sondas variadas, que não existe. São meninos e meninas a quem a Terapia da Fala evitaria um percurso futuro de dificuldades

no domínio da Linguagem e da Comunicação e que, por falta de intervenção atempada, veem o seu futuro condicionado...”

Senhor ministro, a Escola Pública precisa de investimento, precisa de recursos! O que se relata é apenas um exemplo e um testemunho do que se está a confirmar serem efeitos do insuficiente investimento. Lamentavelmente, os quadros descritos não são muito diferentes do que se verifica em centenas de escolas e agrupamentos. Com alguma facilidade, poderá confirmar isto junto dos serviços do ministério, embora não seja raro encontrar, em diferentes níveis, comportamentos que tendem a ocultar a realidade, ou pelo menos a desvalorizá-la.

A agravar, vão sendo conhecidas decisões que, na ânsia de minorar o problema gravíssimo de falta de professores que os governos – também efeito, principalmente, das limitações do investimento em educação – deixaram avolumar e descontrolar-se. São recorrentes as decisões de “desvio” de docentes da educação especial para substituírem outros professores, ou, mais recentemente, para assegurarem a lecionação de turmas do 1.º CEB em agrupamentos em que as medidas implementadas pelo MECI estão a ser obviamente ineficazes para atrair professores do respetivo grupo de recrutamento, em particular em áreas em que os custos da deslocação e fixação são incompatíveis com a vida dos eventuais candidatos.

A Escola Pública não pode deixar crianças e jovens para trás, não pode abandonar aqueles/as que, sendo titulares do direito fundamental à educação, requerem especial atenção e acompanhamento!

O SPRC/FENPROF expõe a V. Ex.^a as preocupações acima descritas e apela a que, rapidamente, já com efeitos para este ano letivo, sejam tomadas medidas que reforcem o apoio a alunos/as com necessidades específicas, dando cumprimento àquele que tem de ser o papel da Escola Pública em Portugal.

Senhor ministro,

Não bastam proclamações, é necessário investimento, são precisas medidas, são urgentes resultados.

Coimbra, 31 de outubro de 2025,

A Direção